

Sumário

Manual da Nova Lei de Licitações - Lei nº 14.133/21

CAPÍTULO 01

FUNDAMENTOS	1
1 – Conceito	1
2 – Breve histórico e contexto legislativo	2
3 – Fundamento Constitucional e Competência Legislativa	5
4 – Sujeitos ao dever de licitar	8
5 – Âmbito de aplicação	11
6 – Objetivos	12
6.1 Vantajosidade	13
6.2 Tratamento isonômico	16
6.3 Evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexecutáveis e superfaturamento na execução dos contratos	16
6.4 Incentivo à inovação e ao desenvolvimento nacional sustentável	19
7 – Vigência, revogação e alterações	20
8 – Regime de transição	23
9 – Critérios transnacionais	28
10 – Princípios	30
10.1 Definições e considerações gerais	30
10.2 Princípio da legalidade	33
10.3 Princípio da impessoalidade	34
10.4 Princípio da moralidade	35
10.5 Princípio da publicidade	36
10.6 Princípio da eficiência	37

10.7 Princípio do interesse público.	38
10.8 Princípio da probidade administrativa	38
10.9 Princípio da igualdade	39
10.10 Princípio do planejamento	40
10.11 Princípio da transparência	41
10.12 Princípio da eficácia	42
10.13 Princípio da segregação de funções	43
10.14 Princípio da motivação	45
10.15 Princípio da vinculação ao edital	46
10.16 Princípio do julgamento objetivo.	47
10.17 Princípio da segurança jurídica	48
10.18 Princípio da razoabilidade	49
10.19 Princípio da competitividade	50
10.20 Princípio da proporcionalidade.	50
10.21 Princípio da celeridade.	51
10.22 Princípio da economicidade	52
10.23 Princípio do desenvolvimento nacional sustentável.	53
10.24 Necessidade de observância da LINDB – Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro	55
11 – Agentes públicos e comissão de licitação	58
11.1 Gestão de competências	58
11.2 Agente de contratação	60
11.3 Vedações aos agentes públicos	62
11.4 Representação pela advocacia pública	64
12 – Disposições gerais.	66
12.1 PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas	66
12.2 Regras específicas para municípios.	69
12.3 Centrais de compras	71
12.4 Atualização dos valores previstos na Nova Lei de Licitações	72
12.5 Contagem de prazos	72

CAPÍTULO 02

PROCESSO LICITATÓRIO 75

1 – Considerações gerais 75

1.1 Exigências básicas.....	75
1.2 Plano de contratações anual.....	76
1.3 Publicidade diferida.....	78
1.4 Vedações de participação em licitações.....	81
1.5 Participação de empresas consorciadas.....	83
1.6 Participação de cooperativas.....	85
1.7 Padronização nas contratações.....	87
1.8 Vedação a artigos de luxo.....	89
1.9 Exigência de certificação.....	90
1.10 Licitação eletrônica.....	91
1.11 Fases da licitação.....	91

2 – Fase preparatória 93

2.1 Planejamento.....	93
2.2 Estudo Técnico Preliminar – ETP.....	95
2.3 Audiência e consulta pública.....	99
2.4 Matriz de alocação de riscos.....	100
2.5 Definição do valor estimado da contratação.....	103
2.6 Elaboração do edital da licitação.....	107
2.7 Programa de integridade.....	109
2.8 Licenciamento ambiental e desapropriação.....	110
2.9 Reajuste e repactuação de preços.....	112
2.10 Percentual mínimo de mão de obra.....	116
2.11 Margem de preferência.....	116

3 – Modalidades de licitação 119

3.1 Conceito e aspectos gerais.....	119
3.2 Pregão.....	120
3.3 Concorrência.....	123

3.4 Concurso	125
3.5 Leilão	127
3.6 Diálogo competitivo	128
4 – Critérios de julgamento	132
4.1 Definições	132
4.2 Critérios de menor dispêndio	132
4.3 Melhor técnica ou conteúdo artístico	134
4.4 Técnica e preço	135
4.5 Maior lance	138
4.6 Maior retorno econômico	138
5 – Análise jurídica do edital	142
6 – Edital	145
6.1 Publicidade do edital	145
6.2 Impugnação ao edital	147
7 – Apresentação de propostas	148
7.1 Prazos mínimos	148
7.2 Modos de disputa	150
7.3 Adequação da proposta do licitante vencedor	152
7.4 Intervalo mínimo entre os lances	153
7.5 Exigência de garantia das propostas	154
8 – Julgamento das propostas	155
9 – Habilitação	160
9.1 Conceitos e regras gerais	160
9.2 Preclusão e diligências para apresentação de documentos	164
9.3 Habilitação jurídica	166
9.4 Qualificação técnica	168
9.5 Regularidade fiscal	176
9.6 Habilitação econômico-financeira	179
9.7 Modo de apresentação da documentação e sua dispensa	183

10 – Recursos	185
10.1 Considerações gerais	185
10.2 Unicidade recursal	185
10.3 Procedimentos recursais	186
10.4 Decisão do recurso	188
10.5 Efeito suspensivo	189
11 – Encerramento da licitação	190
11.1 Considerações gerais	190
11.2 Retorno dos autos para saneamento	190
11.3 Revogação e anulação da licitação	191
11.4 Recursos da revogação e anulação	192
11.5 Adjudicação e homologação	193

CAPÍTULO 03

MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE	195
1 – Conceitos gerais	195
2 – Limitações ao tratamento privilegiado	196
3 – Comprovação de regularidade fiscal e trabalhista postergada	198
4 – Critério de desempate e empate ficto	199
5 – Cédula de crédito microempresarial	201
6 – Tratamento diferenciado e simplificado	202
7 – Licitações diferenciadas	202
8 – Prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente	204
9 – Licitações exclusivas para microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente	205
10 – Inaplicabilidade das licitações diferenciadas	207

CAPÍTULO 04

PROCEDIMENTOS AUXILIARES	211
1 – Considerações gerais	211

2 – Credenciamento	212
3 – Pré-qualificação	215
4 – Procedimento de manifestação de interesse	218
5 – Sistema de registro de preços	221
5.1 Considerações gerais	221
5.2 Procedimento	223
5.3 Objeto	228
5.4 Adesão	229
6 – Registro cadastral	232

CAPÍTULO 05

DISPOSIÇÕES SETORIAIS

1 – Compras	237
1.1 Planejamento e requisitos	237
1.2 Padronização	241
1.3 Parcelamento	242
1.4 Indicação de marcas	245
1.5 Amostra ou prova de conceito de bem	247
1.6 Carta de solidariedade	249
2 – Obras e serviços de engenharia	250
2.1 Disposições gerais	250
2.2 Projeto básico e projeto executivo	252
2.3 Empreitada por preço unitário	255
2.4 Empreitada por preço global	255
2.5 Empreitada integral	256
2.6 Contratação por tarefa	256
2.7 Contratação integrada	257
2.8 Contratação semi-integrada	257
2.9 Fornecimento e prestação de serviço associado	258
2.10 Desapropriação	259

3 – Serviços em geral	260
3.1 Considerações gerais	260
3.2 Terceirizações	262
3.3 Contratação simultânea	265
3.4 Controle das contratações de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra	266
4 – Locação de imóveis	268
5 – Licitações internacionais	269
6 – Alienações	271

CAPÍTULO 06

CONTRATAÇÃO DIRETA 277

1 – Elementos do processo de contratação direta	277
1.1 Considerações iniciais	277
1.2 Procedimento	279
2 – Inexigibilidade de licitação	283
2.1 Conceito	283
2.2 Aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos	284
2.3 Contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública	285
2.4 Contratação de determinados serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação	286
2.5 Objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento	288
2.6 Aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha	289
3 – Dispensa de licitação	290
3.1 Conceito	290

3.2 Dispensa de licitação em razão do valor	291
3.3 Dispensa de licitação no caso de licitação deserta e licitação fracassada	293
3.4 Dispensa de licitação no caso de emergência ou de calamidade pública	294
3.5 Outros casos de dispensa de licitação decorrentes de situações excepcionais.	295
3.6 Dispensa de licitação quanto ao objeto	296
3.7 Dispensa de licitação para contratações voltadas à inovação e pesquisa científica e tecnológica	297
3.8 Dispensa de licitação em razão da pessoa	299

CAPÍTULO 07

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS 301

1 – Formalização dos contratos 301

1.1 Considerações iniciais	301
1.2 Convocação para assinatura do contrato.	303
1.3 Formalização dos contratos administrativos	307
1.4 Cláusulas necessárias	309
1.5 Cláusulas de equilíbrio econômico-financeiro	311
1.6 Publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas	315
1.7 Contratações de projetos e serviços técnicos especializados	317

2 – Garantias 318

2.1 Conceitos gerais.	318
2.2 Percentuais e procedimentos	321
2.3 Seguro-garantia	323
2.4 Seguro-garantia com cláusula de retomada.	324

3 – Alocação de riscos. 327

4 – Prerrogativas da Administração 330

4.1 Cláusulas exorbitantes	330
4.2 Ocupação temporária de bens e utilização de pessoal e serviços	332

5 – Duração dos contratos	333
5.1 Considerações gerais	333
5.2 Contratações plurianuais	336
5.3 Contratações de objetos diferenciados	338
5.4 Contratação por tempo indeterminado	339
5.5 Contratos autossuficientes e contratos de eficiência	339
5.6 Contratação por escopo	341
5.7 Contrato de fornecimento e prestação de serviço associado	342
5.8 Operação continuada de sistemas estruturantes de tecnologia da informação	343
6 – Execução dos contratos	344
6.1 Observância obrigatória dos contratos	344
6.2 Vedação ao atraso injustificado da execução contratual	345
6.3 Interrupção da execução contratual	346
6.4 Licenciamento ambiental	347
6.5 Reserva de cargos	349
6.6 Fiscalização dos contratos	350
6.7 Responsabilidade contratual e extracontratual	352
6.8 Encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais	353
6.9 Subcontratação	355
6.10 Prazo para a Administração emitir decisão	357
7 – Alterações contratuais	358
7.1 Considerações iniciais	358
7.2 Alteração unilateral	358
7.3 Alteração consensual	359
7.4 Limites para alterações unilaterais	361
7.5 Restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato	362
7.6 Responsabilidade decorrente de falhas de projeto	367
7.7 Fixação de valores para alterações contratuais	368
7.8 Formalização de termo aditivo	371

7.9 Alterações de valores no caso de contratação integrada e semi-integrada.	373
7.10 Repactuação de preços de contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra	375
7.11 Apostilamento	379
8 – Extinção dos contratos	380
8.1 Considerações gerais.	380
8.2 Rescisão unilateral do contrato	381
8.3 Rescisão unilateral por culpa do contratado	382
8.4 Rescisão unilateral sem culpa do contratado.	384
8.5 Extinção do contrato por interesse do contratado	386
8.6 Notificação dos emitentes de garantias	390
8.7 Modos de extinção contratual.	391
8.7.1 Considerações gerais	391
8.7.2 Extinção unilateral	391
8.7.3 Extinção consensual	392
8.7.4 Extinção por decisão arbitral ou judicial	393
8.7.5 Meios alternativos de prevenção e de resolução de controvérsias	394
8.8 Ressarcimento dos prejuízos sofridos pelo contratado	398
8.9 Consequências da extinção unilateral dos contratos	399
9 – Recebimento do objeto do contrato.	401
9.1 Considerações iniciais	401
9.2 Recebimento de obras e serviços	402
9.3 Recebimento de compras.	405
10 - Pagamentos.	406
10.1 Ordem cronológica de pagamentos	406
10.2 Exceções à ordem cronológica de pagamentos.	408
10.3 Pagamento por conta vinculada ou por comprovação do fato gerador	410
10.4 Pagamento da parcela incontroversa.	412
10.5 Remuneração variável vinculada ao desempenho do contratado	412

10.6 Vedação ao pagamento antecipado e exceções	415
10.7 Comunicação dos pagamentos aos órgãos da administração tributária	417
11 - Nulidade dos contratos	417
11.1 Nulidades	417
11.2 Estabilização dos efeitos dos atos administrativos.	419
11.3 Consequências da manutenção das nulidades	421
11.4 Declaração de nulidade e suas consequências	422
11.5 Eficácia diferida da decisão de nulidade	423
11.6 Necessidade de caracterização adequada do objeto e da indicação dos créditos orçamentários	424

CAPÍTULO 08

INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS 427

1 – Considerações gerais	427
2 – Infrações administrativas	429
2.1 Inexecuções contratuais	429
2.2 Deixar de entregar a documentação exigida	430
2.3 Não manter a proposta, não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação	431
2.4 Retardar a execução ou a entrega do objeto da licitação sem motivo justificado	432
2.5 Cometimento de fraudes	433
3 – Sanções administrativas	435
3.1 Considerações gerais.	435
3.2 Dosimetria das sanções administrativas	436
3.3 Sanções em espécie	436
3.3.1 Advertência	436
3.3.2 Multa	437
3.3.3 Impedimento de licitar e contratar	438
3.3.4 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar	439
3.3.5 Multa de mora	440

4 – Aspectos processuais para aplicação de sanções	441
4.1 Processo para aplicação de advertência	441
4.2 Processo para aplicação de multa	444
4.3 Processo para aplicação de impedimento ou de declaração de inidoneidade para licitar e contratar	444
4.4 Prescrição da aplicação de sanções	446
4.5 Julgamento conjunto	448
4.6 Desconsideração da personalidade jurídica	448
4.7 Dever de publicidade da aplicação de sanções	449
5 – Reabilitação	450
6 – Recursos administrativos	451

CAPÍTULO 09

CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	455
1 – Considerações gerais	455
2 – Linhas de defesa no controle de contratações	458
3 – Medidas de controle	461
4 – Procedimento para suspensão cautelar pelos tribunais de contas	464